



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Saúde
Especialidade Serviço Social

Caderno de Prova, Cargo 22, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

5. É correto afirmar que

- (A) a conjunção *quer*, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.
- (B) a forma verbal *têm* (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe dêm razão, ela sabe que está certa”.
- (C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em *sujeitos à superação* (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.
- (D) a transposição da frase *essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos* (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.
- (E) o emprego de *melhor*, em *Não há exemplo melhor* (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos mais bem escolhidos”.

6. *Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.*

O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:

- (A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocadamente, o que ocorreu em todas as vezes.
- (B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.
- (C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.
- (D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.
- (E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.

Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.

(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In **Tempo e história**, org. Aduauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)

7. No texto, o autor

- (A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.
- (B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.
- (C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.
- (D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.
- (E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.

8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.

- I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.
- II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*.
- III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

- (A) *nada fazerem de forma sistemática* – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.
- (B) *um grupo fluido e indistinto* – um conglomerado espontâneo e informal.
- (C) *difícil de controlar e até mesmo de enquadrar* – não passível de organizar e mesmo dominar.
- (D) *Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos* – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.
- (E) *forma peculiar de vida que escolhiam* – singular maneira que se concediam de estar no mundo.

10. *Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.*

Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:

- (A) cuja existência se conhece.
- (B) da qual a notícia foi dada.
- (C) que a notícia foi veiculada.
- (D) na qual se tem o registro.
- (E) de que a notícia chegou até nós.

11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *por sua forma de vida* constitui uma explicação.
- (B) No segmento *Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática*, a conjunção *ou* introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.
- (C) Em *que os tornava suspeitos*, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.
- (D) A preposição *ante* equivale a “versus”.
- (E) Como em *fluido*, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.

12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:

- (A) Em *como disse o jesuíta*, *como* equivale a “mediante”.
- (B) Em *“móveis como os filhos de Israel no deserto”*, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.
- (C) O emprego da palavra *arraiais* contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.
- (D) No segmento *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*, a expressão *passou a ser* é a que exprime a idéia de progressão.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma citação.

13. *Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.*

Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,

- (A) a expressão *sociedade civil* equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.
- (B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais *podia* e *vivem*.
- (C) a expressão *ou seja* introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que *domicílios volantes* constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.
- (D) o emprego da expressão *de praxe* evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.
- (E) a oração *deveriam passar a viver em povoações* expressa uma suposição.

14. *Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.*

Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A expressão *uma vez* comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “Uma vez que ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.
- (B) O termo destacado em *os que assim não procedessem* refere-se à ação de optar por ser estabelecido.
- (C) A gramática prescreve que o vocábulo *adjacentes* seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.
- (D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os *vadios* recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.
- (E) Em *tratados como salteadores*, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

<p>21. Conforme disposto na Constituição Federal vigente, o Procurador-Geral da República poderá ser destituído</p> <p>(A) por iniciativa do Presidente da República, precedida da autorização da maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) por meio de deliberação do Senado Federal, se condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade.</p> <p>(C) pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(D) por iniciativa do Colégio de Procuradores, desde que precedida de autorização da maioria simples do Senado Federal.</p> <p>(E) pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior do Ministério Público Federal, desde que autorizado pelo Presidente da República.</p>	<p>24. No que tange à iniciativa legislativa, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Ministério Público possui iniciativa concorrente no processo legislativo para propor a criação ou extinção de seus cargos e serviços auxiliares.</p> <p>(B) qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal possui iniciativa para propor projeto de lei complementar que diga respeito à organização do Ministério Público da União.</p> <p>(C) compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa da lei que estabeleça normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.</p> <p>(D) é facultada ao Procurador-Geral da República a iniciativa de lei complementar que estabeleça a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</p> <p>(E) possui o Ministério Público iniciativa legislativa para a fixação da remuneração de seus cargos e serviços auxiliares.</p>
<p>22. Com relação às garantias asseguradas aos membros do Ministério Público da União, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o Procurador-Geral da República nos crimes de responsabilidade.</p> <p>II. Após dois anos de efetivo exercício, os Procuradores da República somente poderão ser demitidos por decisão judicial transitada em julgado.</p> <p>III. O membro não vitalício do Ministério Público da União possui independência funcional para o exercício de suas funções.</p> <p>IV. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os membros do Ministério da União que oficiem perante tribunais.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>25. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p>
<p>23. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>

26. Conforme a Lei Complementar nº 75/93, em caso de vacância do cargo de Procurador-Geral da República durante o primeiro ano do mandato, exercerá a chefia do Ministério Público Federal o
- (A) Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, até o provimento definitivo do cargo.
- (B) Vice-Procurador-Geral da República, que completará o mandato de seu antecessor.
- (C) Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, até que um novo Procurador-Geral seja eleito pelo Colégio dos Procuradores.
- (D) Subprocurador-Geral da República mais antigo, que chefiará a instituição por dois anos, permitida a recondução.
- (E) Presidente do Colégio de Procuradores, até o provimento efetivo do cargo.
-
27. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que
- (A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (B) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.
- (C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- (D) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
-
28. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que
- (A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.
- (B) o agente público, que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.
- (C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.
- (D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.
- (E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.
-
29. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:
- (A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.
- (B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- (D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.
- (E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
-
30. No tocante às penalidades a que se sujeitam os Servidores Públicos Civis da União é correto afirmar que
- (A) será cassada a aposentadoria e suspensa a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com suspensão superior a 30 (trinta) dias.
- (B) se entende por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- (C) a destituição do cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de advertência ou suspensão superior a 90 (noventa) dias.
- (D) a penalidade de advertência terá seu registro cancelado, após o decurso de 5 (cinco) anos de ininterrupto exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, que se ocorrer aumentará o prazo em 1/5 (um quinto).
- (E) a ação disciplinar por fato punível com advertência e suspensão prescreverá em 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses, respectivamente, começando a correr da data em que for formalmente instaurado o procedimento disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Benefício da Prestação Continuada é a garantia de pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Para efeito da concessão deste benefício, pessoa deficiente é aquela

- (A) incapaz, que não é interna de instituições mantidas pelos Governos Municipal ou Estadual.
- (B) dependente da família para locomover-se até o local de trabalho.
- (C) incapaz, cuja renda per capita da família não ultrapassa três salários mínimos.
- (D) incapacitada para a vida independente e para o trabalho.
- (E) incapacitada, que não possui assistência médica no âmbito da Seguridade Social.

32. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 12, compete à União:

- (A) atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (B) a coordenação da Política Social de Assistência Social em âmbito nacional.
- (C) a fiscalização, a coordenação e a observação das normas expedidas pelo Conselho de Assistência Social.
- (D) atender as ações assistenciais de emergência, efetuando os pagamentos de Auxílio Natalidade e Funeral.
- (E) executar os Projetos de enfretamento da pobreza, incluindo a parceria com as organizações da sociedade civil.

33. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, entre outras, as medidas de

- (A) atender e aconselhar os pais ou responsáveis, no caso de perda do pátrio poder.
- (B) retirada do pátrio poder e posterior encaminhamento aos serviços disponíveis na comunidade.
- (C) encaminhamento para a Delegacia de Polícia, onde deverá ser lavrado Boletim de Ocorrência.
- (D) expedição de notificações para a escola e familiares e requisição de serviços públicos inerentes ao caso.
- (E) advertência e internação, em estabelecimento educacional.

34. Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança são, segundo o ECA, em seu artigo 136, atribuições do

- (A) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos.
- (B) Conselho Nacional de Direitos.
- (C) Conselho Tutelar.
- (D) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- (E) Procuradoria Geral do Estado.

35. Em seu artigo 11, o ECA assegura atendimento médico à criança e ao adolescente, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde através do

- (A) Programa de Prevenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
- (B) Sistema Único de Saúde.
- (C) Conselho Municipal de Saúde.
- (D) Conselho Estadual de Saúde.
- (E) Conselho Nacional de Saúde.

36. No Brasil, a ação reguladora do Estado, em relação aos serviços de saúde, do mercado privado, é exercida por meio

- (A) da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) do Sistema Único de Saúde.
- (C) do Sistema Único de Assistência Social.
- (D) da Lei Orgânica de Assistência Social.
- (E) do Programa Nacional de Assistência Social.

37. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem como propósito erradicar, juntamente com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil nas zonas urbana e rural, possibilitando a troca do trabalho pela escola, bem como garantindo o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes nas escolas. O público alvo do PETI são famílias

- (A) desestruturadas, cujas rendas não ultrapassam dois salários mínimos e que possuem adolescentes exercendo trabalho insalubre.
- (B) sem nenhuma renda e com crianças de 7 a 12 anos, exercendo trabalho insalubre, penoso ou degradante.
- (C) com renda de meio salário mínimo, que possuem crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos, trabalhando em atividades insalubres, penosas ou degradantes.
- (D) cujos responsáveis são doentes e possuem crianças e adolescentes de 9 a 13 anos, trabalhando em atividades insalubres, penosas ou degradantes.
- (E) cujos responsáveis cumprem pena em prisões e as crianças e adolescentes trabalham em atividades insalubres, penosas ou degradantes.

38. No contexto do neoliberalismo, o papel das mulheres no âmbito da família, presente nas propostas de políticas públicas de combate à pobreza, traduzem:

- (A) seu papel de mãe, que, nelas, é efetivamente reconhecido, assim como a valorização da família.
- (B) pressupostos igualitários no tratamento das questões de gênero.
- (C) reconhecimento da cidadania feminina no âmbito familiar e do trabalho.
- (D) superação das desigualdades e reconhecimento do papel da mulher.
- (E) a dimensão política, presente na relação público-privado.

<p>39. Em meados da década de 90, no Brasil, verificaram-se mudanças no mundo do trabalho, com a instauração de um novo patamar de desemprego estrutural e o aumento do trabalho precário. Nessa perspectiva, é correto afirmar que as políticas econômicas modernas, de estabilização da moeda,</p> <p>(A) aceleraram o processo de abertura de novas frentes de trabalho no mercado, reduzindo o desemprego.</p> <p>(B) geraram novas formas de exclusão social e de desigualdades.</p> <p>(C) estimularam a revolução tecnológica, o que contribuiu para o aumento de vagas no mercado de trabalho.</p> <p>(D) fortaleceram o sindicalismo, motivando novas adesões, em função da revisão do seu papel junto aos sindicalizados.</p> <p>(E) motivaram um movimento de Planejamento Estratégico, como alternativa para reintegração de grupos marginalizados.</p>	<p>43. O artigo 19, do Estatuto do Idoso, determina que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra o idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos Profissionais de Saúde, a qualquer um dos seguintes órgãos:</p> <p>(A) Conselho Municipal do Idoso ou Procuradoria Municipal da Cidadania, Justiça e Assistência Social.</p> <p>(B) Autoridade Policial, Secretaria de Assistência ao Idoso ou Conselho Nacional do Idoso.</p> <p>(C) Conselho Nacional, Estadual ou Municipal do Idoso.</p> <p>(D) Autoridade Policial, Ministério Público ou Conselho Estadual do Idoso.</p> <p>(E) Qualquer Secretaria Estadual ou Municipal, responsável pelas ações de Assistência Social.</p>
<p>40. Os Programas Sociais de Combate à Fome, de certa forma, explicitam a desigualdade e a concentração de renda existentes no País, que são evidenciadas pela fome e pela miséria. Como são questões públicas, não devem ser enfrentadas apenas emergencialmente, devendo-se, para resolvê-las, adotar Políticas</p> <p>(A) Assistenciais, voltadas para as populações em situação de risco – crianças, adolescentes e idosos.</p> <p>(B) Descentralizadas, em projetos que garantam os direitos sociais.</p> <p>(C) Humanitárias, de caráter social, destinadas aos excluídos.</p> <p>(D) Estruturais, em articulação com Políticas Específicas e Políticas Locais.</p> <p>(E) Inclusivas e de democratização dos serviços sociais, visando à prevenção da violência.</p>	<p>44. <i>A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado, de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.</i></p> <p>Esta concepção de Assistência Social está de acordo com</p> <p>(A) a Lei Orgânica dos Municípios.</p> <p>(B) a Lei Orgânica da Assistência Social.</p> <p>(C) o Regimento Federal das Políticas Setoriais.</p> <p>(D) o Estatuto do Idoso.</p> <p>(E) o Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
<p>41. A equidade, tendo como princípio <i>a oferta maior de recursos aos mais necessitados</i>, é uma das diretrizes que justificaram a criação do</p> <p>(A) Conselho Nacional de Atenção à População Vulnerável.</p> <p>(B) Conselho Nacional de Assistência Social.</p> <p>(C) Fundo de Proteção Integral à Pessoa em Situação de Vulnerabilidade.</p> <p>(D) Sistema Nacional de Segurança Alimentar.</p> <p>(E) Sistema Único de Saúde.</p>	<p>45. Há consenso entre os especialistas que a inclusão social do portador do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)/Aids envolve <i>a igualdade dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles, nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem</i>. Nessa concepção, a inclusão é um processo</p> <p>(A) de melhoria nas relações e rotinas hospitalares, com vistas a manter o portador internado pelo tempo necessário, garantindo a adesão ao tratamento e a eficácia deste.</p> <p>(B) de transferência da responsabilidade para as Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais organizados, atendendo aos princípios de proximidade com a comunidade.</p> <p>(C) contínuo, concretizado em ações cotidianas que buscam fortalecer a identidade social do indivíduo, não como portador, mas como cidadão, como qualquer outro.</p> <p>(D) de investimentos em recursos materiais e de sigilo, em relação ao diagnóstico, para facilitar a aceitação da família.</p> <p>(E) de debate e conquista dos direitos das famílias de manter os doentes nos hospitais especializados, garantindo a cidadania do portador.</p>
<p>42. A Portaria nº 251/GM, de 31 de janeiro de 2002, do Ministério da Saúde, estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria e reclassifica os hospitais psiquiátricos, instituindo mais um dispositivo na mudança das relações entre os serviços de saúde mental e a família, prevenindo</p> <p>(A) o preparo para o retorno à residência/inspeção domiciliar e a orientação para garantir o programa de tratamento.</p> <p>(B) a ajuda no diagnóstico precoce, por meio do estímulo à ação preventiva da família.</p> <p>(C) a formação dos familiares para aceitar o diagnóstico e participar do tratamento, durante a estadia nos hospitais.</p> <p>(D) a compreensão e a aceitação da sintomatologia, principalmente daquelas que exigem práticas mais complexas.</p> <p>(E) o acompanhamento sistemático da família junto ao hospital psiquiátrico.</p>	<p>46. O portador de HIV/AIDS não-segurado tem uma única forma de inclusão no benefício previdenciário de caráter assistencial, que está prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.</p> <p>Este direito é denominado</p> <p>(A) Benefício Previdenciário para Populações de Risco.</p> <p>(B) Benefício de Prestação Continuada.</p> <p>(C) Aposentadoria por Doença Incurável.</p> <p>(D) Aposentadoria por Invalidez Permanente.</p> <p>(E) Renda Mínima para Proteção dos Portadores do HIV.</p>

<p>47. O Estatuto do Idoso, no capítulo IV, trata da prevenção e da manutenção da saúde do idoso, que deverão ser efetivadas por meio de</p> <p>(A) inclusão do idoso em programas culturais e esportivos da Terceira Idade.</p> <p>(B) internação em hospitais geriátricos, para os idosos acima de 75 anos, como acontece nos países europeus.</p> <p>(C) atendimento domiciliar nos meios urbano e rural, desde que o idoso não possua renda maior de 5 salários mínimos.</p> <p>(D) inclusão do idoso em cadastro Estadual e Municipal de serviços públicos e filantrópico-assistencial.</p> <p>(E) reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.</p>	<p>51. A Lei Federal nº 8.662, de 1993, que regulamenta a Profissão do Assistente Social, estabelece, como atividades desse Profissional, entre outras:</p> <p>(A) normatizar a legislação relativa às ações de assistência social, às camadas mais carentes da população.</p> <p>(B) deliberar sobre as políticas públicas a serem adotadas no equacionamento dos problemas sociais.</p> <p>(C) arbitrar sobre a destinação de fundos para as pesquisas relevantes a sua área de atuação.</p> <p>(D) estabelecer mecanismos através dos quais possa ser melhor equacionada a distribuição de renda no País.</p> <p>(E) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social.</p>
<p>48. O artigo 100, do Estatuto do Idoso, define como crime punível, com reclusão e multa, o ato de</p> <p>(A) deixar de priorizar, sem motivo justo, o atendimento à saúde dos idosos portadores de doenças infecto-contagiosas.</p> <p>(B) retardar ou dificultar atendimento aos idosos com idade acima de 70 anos.</p> <p>(C) recusar ou adiar atendimento à saúde de idosos abandonados por familiares.</p> <p>(D) recusar, retardar ou dificultar atendimento, ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa.</p> <p>(E) abandonar o idoso incapaz de comunicar-se em ambulatórios das Casas Abrigo, Asilos ou congêneres.</p>	<p>52. Você foi solicitado(a), como Assistente Social que compõe uma equipe de Saúde Mental, a atuar em uma escola pública, no seguinte caso: <i>Aluno de 13 anos de idade, suspeito pela escola de uso de drogas, já em atendimento por psicólogo junto ao Conselho Tutelar, órfão, tendo por responsável a avó. A proposta da escola é que se realize um trabalho na perspectiva preventiva, uma vez que os pais e a comunidade escolar demonstram preocupação com o uso de drogas.</i></p> <p>Nesse caso, o(a) Assistente Social deverá priorizar, entre outras ações:</p> <p>(A) uma requisição para que o Conselho Tutelar forneça as informações sobre os fatos reais quanto ao uso de drogas envolvendo o aluno em questão.</p> <p>(B) uma solicitação de que a escola reúna professores, funcionários e pais, preocupados com o tema, para orientá-los quanto à questão do uso de drogas e demais dúvidas que envolvam o caso.</p> <p>(C) convocar a avó, única responsável pela criança, para fazer um estudo de caso e posterior encaminhamento, como por exemplo, a mudança para outra cidade, distante da atual moradia do adolescente.</p> <p>(D) convocar os professores do aluno para uma entrevista na Unidade de Saúde, visando compreender melhor o caso para posterior encaminhamento.</p> <p>(E) levantar, junto ao Conselho Tutelar, todos os dados que envolvem o aluno, para levar ao conhecimento da Direção da Unidade Escolar.</p>
<p>49. Segundo o Ministério da Saúde, <i>uma estratégia de saúde pública que busca controlar possíveis conseqüências adversas do consumo de psicoativos lícitos ou ilícitos – sem necessariamente interromper esse uso, buscando inclusão social e cidadania para usuários de drogas – é uma estratégia denominada:</i></p> <p>(A) redução de danos.</p> <p>(B) diminuição do uso.</p> <p>(C) manutenção do uso.</p> <p>(D) estímulo ao uso controlado.</p> <p>(E) redução da quantidade de drogas.</p>	
<p>50. Desde 2003, as Políticas Públicas voltadas para os usuários de álcool e de outras drogas, apresentadas pelo Ministério da Saúde, têm como diretrizes básicas</p> <p>(A) o diagnóstico precoce e o tratamento sem longas internações.</p> <p>(B) a atenção integral e a terceirização do atendimento.</p> <p>(C) a intersetorialidade e a atenção integral.</p> <p>(D) o diagnóstico e o encaminhamento preventivo a clínicas especializadas.</p> <p>(E) o diagnóstico e o encaminhamento a especialistas em drogas ilícitas.</p>	<p>53. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, é princípio fundamental</p> <p>(A) da carta aprovada na Marcha Mundial das Mulheres.</p> <p>(B) da Lei Orgânica da Assistência Social.</p> <p>(C) do Estatuto da Pessoa Deficiente.</p> <p>(D) do Código de Ética Profissional do Assistente Social.</p> <p>(E) do Código de Ética Profissional do Professor.</p>

<p>54. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, no capítulo V, ao tratar do sigilo profissional,</p> <p>(A) veda ao Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.</p> <p>(B) estabelece que, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações estritamente necessárias, exclusivamente em âmbito interno e de forma confidencial.</p> <p>(C) autoriza aceitar nomeação como perito ou atuar em perícia forense, quando o caso envolver criança ou adolescente.</p> <p>(D) veda ao Assistente Social manifestar-se com relação a falhas éticas praticadas por outros Assistentes Sociais.</p> <p>(E) estabelece que a quebra de sigilo só será admissível quando envolver fato delituoso cometido por maiores de idade.</p>	<p>57. O artigo 196, da Constituição Federal, ampara a estratégia de Redução de Danos como medida de intervenção</p> <p>(A) assistencial e de Saúde Pública.</p> <p>(B) assistencial, curativa e preventiva.</p> <p>(C) promotora da saúde preventiva no tráfico e na prostituição infantil.</p> <p>(D) curativa e promotora dos direitos humanos.</p> <p>(E) preventiva, assistencial, de promoção de saúde e dos direitos humanos.</p>
<p>55. O Órgão Executivo das atividades de prevenção quanto ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação, a redução de danos e a reinserção social de dependentes é:</p> <p>(A) a Comissão Nacional para o Combate ao Tráfico e ao Narcotráfico.</p> <p>(B) a Secretaria Nacional de Combate a Entorpecentes.</p> <p>(C) a Secretaria Nacional Anti-Drogas.</p> <p>(D) a Secretaria Nacional de Inclusão Social ao Dependente Químico.</p> <p>(E) o Centro Nacional de Prevenção e Tratamento aos Dependentes Químicos.</p>	<p>58. Ao tomar ciência de queixa ou suspeita de violência doméstica, cometida contra a criança e o adolescente na família, o Assistente Social tem como instrumento legal de providência a ser tomada:</p> <p>(A) a Constituição Federal, no capítulo 8º.</p> <p>(B) a LOAS, no capítulo 3º.</p> <p>(C) o ECA, no artigo 245.</p> <p>(D) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no capítulo 5º.</p> <p>(E) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 1º.</p>
<p>56. Para uma Política de Atendimento às crianças e aos adolescentes que estão nas ruas ser efetiva, deveria garantir-lhes saúde, educação e assistência para o seu desenvolvimento físico, psíquico e emocional. A assistência é necessária, desde que crie espaços de emancipação para essas crianças e adolescentes. Nessa concepção de Serviço Social, toda política, para ser social, necessita:</p> <p>(A) dirigir-se às famílias que, por falta de recursos, abandonam seus filhos.</p> <p>(B) atingir a condição concreta de redução de desigualdades.</p> <p>(C) facilitar o acesso aos serviços sociais disponíveis para a infância e a adolescência.</p> <p>(D) voltar-se para o atendimento das famílias carentes, numa perspectiva preventiva.</p> <p>(E) preparar profissionais competentes para tratar das crianças e dos adolescentes moradores de rua.</p>	<p>59. A regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam riscos à Saúde Pública são incumbências:</p> <p>(A) da Rede de Unidades de Saúde Pública.</p> <p>(B) do Ministério da Saúde.</p> <p>(C) da Diretoria Colegiada de Saúde, nos Estados e Municípios.</p> <p>(D) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</p> <p>(E) da Rede de Serviços Públicos cujos programas priorizam as Ações Sanitárias.</p> <p>60. A experiência acumulada na área da Assistência, entendida como instância destinada a operar Benefícios, Programas e Projetos de enfrentamento à pobreza e, prioritariamente, à erradicação da fome, indica a necessidade de</p> <p>(A) articular distribuição de renda, com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias.</p> <p>(B) priorizar o atendimento assistencial às parcelas da população que se encontram abaixo da “linha da pobreza”.</p> <p>(C) centralizar as ações de assistência social nos municípios, <i>locus</i> privilegiado das práticas sociais.</p> <p>(D) organizar as camadas populares, para a conquista dos seus direitos de cidadania, através de Programas de Combate à Fome.</p> <p>(E) mobilizar a população organizada, os sindicatos de classe, ONGs e sociedade civil a participar de Projetos Nacionais de Combate à Fome.</p>

<p>61. A Equipe Interprofissional de um Serviço de Saúde recebe um caso de criança com 3 anos de idade, com diagnóstico de desidratação e desnutrição. Existe também suspeita de agressão física por parte da mãe.</p> <p>A atuação de um profissional, enquanto membro desta Equipe, será a de</p> <p>(A) encaminhar o caso ao Conselho Tutelar.</p> <p>(B) solicitar ajuda da Promoção Social.</p> <p>(C) encaminhar a criança para um abrigo público.</p> <p>(D) comunicar à Vara da Infância e da Adolescência.</p> <p>(E) admoestar a mãe quanto a sua responsabilidade pelo estado da criança.</p>	<p>64. A entrevista, a observação, a visita domiciliar e a documentação são instrumentos básicos de que o Assistente Social dispõe para a realização</p> <p>(A) do Planejamento Estratégico.</p> <p>(B) da Perícia Social.</p> <p>(C) de Parecer sobre Benefícios Sociais.</p> <p>(D) de Intervenção Preventiva.</p> <p>(E) de Denúncia Pública.</p>
<p>62. Você é solicitado(a) a atuar no seguinte caso: Um homem de 40 anos vive nas ruas há dois anos e meio, possui apenas Cédula de Identidade e nada sabe informar sobre sua história. Tomando por princípio a abordagem atual mais democrática no campo da Saúde Mental, a ação prioritária a ser realizada é:</p> <p>(A) de posse da Cédula de Identidade, solicitar à Autoridade Policial que levante os dados disponíveis sobre o paciente.</p> <p>(B) solicitar o encaminhamento do caso para avaliação psiquiátrica, junto ao hospital psiquiátrico mais próximo.</p> <p>(C) levantar todos os dados possíveis para comprovar a ausência de familiares ou vínculos capazes de gerar cuidados.</p> <p>(D) buscar informações junto a outros moradores de rua da região, visando ter mais e melhores elementos sobre o caso.</p> <p>(E) providenciar imediata internação psiquiátrica e, posteriormente, buscar informações sobre a existência de outros vínculos.</p>	<p>65. O trabalho do Assistente Social, no mundo jurídico, inclui várias atribuições, dentre elas, destaca-se:</p> <p>(A) conscientizar os excluídos de que estes devem denunciar aos serviços jurídicos, qualquer forma de exclusão de que forem vítimas.</p> <p>(B) treinar os Profissionais da Equipe Interdisciplinar quanto às questões sociais, priorizando no processo os indivíduos com necessidade de laudo técnico-social.</p> <p>(C) fazer os encaminhamentos e fornecer Atestados de Pobreza aos usuários dos serviços jurídicos.</p> <p>(D) participar de Programas de Prevenção e Informação de Direitos à população usuária dos serviços jurídicos.</p> <p>(E) formar membros da Equipe para tratar com as famílias, cuja desestruturação tenha como causa a prisão do responsável pela família.</p>
<p>63. Diante do seguinte caso: mulher de 32 anos, viúva, soropositivo para HIV, apresentando saúde debilitada, pleiteia antecipação de decisão de causa judicial em andamento.</p> <p>O modo de proceder, em relação à situação desta mulher, é:</p> <p>(A) informá-la de que a condição para atendimento antecipado ao pleiteado, é ter sob sua guarda criança ou adolescente.</p> <p>(B) conscientizá-la de que não tem direito a tratamento diferenciado, em função dessa sua condição.</p> <p>(C) orientá-la a solicitar ao Ministério da Saúde, que nomeie um advogado para representá-la.</p> <p>(D) encaminhá-la aos serviços municipais, destinados a cuidados para portadores do HIV.</p> <p>(E) orientá-la quanto ao seu direito de petição e encaminhamentos posteriores.</p>	<p>66. Atuando como Assistente Social, você foi convidado (a) a avaliar um Projeto Social destinado a atender crianças e adolescentes, alvos de violência doméstica. Um dos critérios norteadores de sua avaliação positiva do Projeto Social será se o mesmo considerou</p> <p>(A) que, em alguns casos, os adultos perdem a paciência com crianças excessivamente rebeldes.</p> <p>(B) as palmadas como corretivos moderados, e que as mesmas podem ser aplicadas, quando necessário.</p> <p>(C) crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.</p> <p>(D) que a criança não sabe o que está fazendo, mas o adolescente sabe e, portanto, deve ser castigado com mais severidade.</p> <p>(E) a atuação pedagógica dos pais que precisam, às vezes, aplicar castigos físicos.</p> <p>67. De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96), a educação básica é formada pela</p> <p>(A) educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.</p> <p>(B) creche, pela pré-escola, pelo ensino fundamental e pelo ensino técnico.</p> <p>(C) pré-escola, pelo ensino fundamental e pela educação de jovens e adultos.</p> <p>(D) educação especial, pela educação infantil e pela educação de jovens e adultos.</p> <p>(E) educação fundamental, pelo ensino médio e pelo ensino superior.</p>

68. A LDB (Lei nº 9.394/96) estabelece que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,
- (A) estudo apropriado visando restaurar a capacidade cognitiva perdida durante o período sem estudos.
 - (B) projeto pedagógico apropriado para os educandos com atraso intelectual e instrucional.
 - (C) Bolsas de Estudo para viabilizar a aquisição de conhecimentos necessários à sua sobrevivência e Bolsas Aprendizagem para os educandos que precisarem trabalhar antes dos 14 anos de idade.
 - (D) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
 - (E) ensino adequado às exigências da profissão que pretende se dedicar ou que já está vinculado, estabelecendo conteúdos especiais, de acordo com sua classe social.

69. Em relação à Educação Especial, a LDB prevê que
- (A) sua oferta, dever constitucional do Estado, tem início durante a educação infantil, a partir de 2 anos de idade.
 - (B) haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
 - (C) as instituições privadas, mesmo as sem fins lucrativos não farão jus ao apoio técnico e financeiro do Poder Público.
 - (D) as unidades escolares públicas deverão organizar salas pedagógicas de atendimento especializado em horário paralelo ao do ensino regular.
 - (E) todas as escolas públicas devem ter uma reserva de 20% de suas vagas, em salas de aula do ensino regular, aos educandos portadores de necessidades especiais.

70. A LDB prevê que sejam aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino público, nunca menos do que os seguintes percentuais da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:
- (A) 25%, 25% e 30%
 - (B) 18%, 25% e 30%
 - (C) 18%, 25% e 25%
 - (D) 16%, 25% e 25%
 - (E) 16%, 18% e 25%